



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017

A **Prefeitura do Município de Divinolândia**, inscrita no CNPJ sob n.º 46.435.921/0001-88, isento de Inscrição Estadual, com sede à Rua XV de Novembro, nº 261, Centro, Divinolândia (SP), na qualidade de órgão gerenciador, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Naief Haddad Neto, , Naief Haddad Neto, RG n.º 10.841.897 e CPF n.º 158.833.706-59, doravante designado **PREFEITURA**, e a(s) empresa **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 00.226.324/0001-42, Inscrição Estadual nº 101.367.597, com sede à Avenida Independência, nº 6060 na cidade de Setor Aeroporto, Quadra 70 C, Lote 2, Goiânia Estado de Goiás, CEP: 74.070-010, neste ato representado pela Sr. Alessandro Martins Miguel, RG nº 2.776.693-9 e CPF nº 788.729.281-68, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto n.º 2749/2014, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	60 UNIDADES	LUMINÁRIAS LED - 80 A 86 WATTS - FIXAÇÃO EM POSTE DIÂMETRO DE 48.3 mm - TENSÃO DE OPERAÇÃO DE 90 A 265V - TEMPERATURA DE COR DE 5000K A 6000K - CORPO EM ALUMINIO/POLICARBONATO COM BASE PARA RELÉ FOTOELETRICO 3 PINOS - SHORTING CAP - FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 8.800 lm - VIDA ÚTIL MINIMA DE 50.000 HORAS - EFECIÊNCIA ENERGÉTICA DA LUMINÁRIA DE 110 lm/W - FATOR DE POTÊNCIA MINIMO DE 0.92 - INDICE DE REPRODUÇÃO DE COR: MÍNIMO DE 75+5 - PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES MECÂNICOS IK08 - PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO DE LIQUIDOS E SÓLIDOS: A LUMINÁRIA DEVE POSSUIR GRAU DE PROTEÇÃO IP66, TANTO NO CONJUNTO ÓTICO COMO NOS EQUIPAMENTOS AUXILIARES - A DEPRECIAÇÃO DO FLUXO LUMINOSO DEVERÁ SER DE NO MÁXIMO DE 30% ATÉ ATINGIR AS 50.000 HORAS DE VIDA ÚTIL. PARA COMPROVAR QUE	R\$ 795,00	R\$ 47.700,00



		<p>ATENDEM OS REQUISITOS E RECEBER A APROVAÇÃO MUNICIPAL, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DO CATALOGO, ENSAIOS DE LABORATÓRIO (CONTEMPLANDO AS CARACTERISTICAS CITADAS ACIMA DESTAQUE PARA VIDA ÚTIL, IP66, IK08, FOTOMETRIA, IRC, EFICIÊNCIA, FATOR DE POTÊNCIA), ARQUIVO DIGITAL .IES E SER HOMOLOGADA PELA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO (CPFL).</p> <p>*OBRIGATÓRIO A APRESENTAÇÃO DE CATALOGO/FOLHETO DO FABRICANTE</p>		
2	100 UNIDADES	<p>LUMINÁRIAS LED - 120 A 150 WATTS</p> <ul style="list-style-type: none">- FIXAÇÃO EM POSTE DIÂMETRO DE 48.3 mm- TENSÃO DE OPERAÇÃO DE 90 A 265V- TEMPERATURA DE COR DE 5000K A 6000K- CORPO EM ALUMINIO/POLICARBONATO COM BASE PARA RELÉ FOTOELETRICO 3 PINOS- FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 16.000 lm- VIDA ÚTIL MINIMA DE 50.000 HORAS- EFECIÊNCIA ENERGÉTICA DA LUMINÁRIA DE 106 lm/W- FATOR DE POTÊNCIA MINIMO DE 0.92- INDICE DE REPRODUÇÃO DE COR: MÍNIMO DE 75+5- PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES MECÂNICOS IK08- PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO DE LIQUIDOS E SÓLIDOS: A LUMINÁRIA DEVE POSSUIR GRAU DE PROTEÇÃO IP66, TANTO NO CONJUNTO ÓTICO COMO NOS EQUIPAMENTOS AUXILIARES- A DEPRECIÇÃO DO FLUXO LUMINOSO DEVERÁ SER DE NO MÁXIMO DE 30% ATÉ ATINGIR AS 50.000 HORAS DE VIDA ÚTIL. PARA COMPROVAR QUE ATENDEM OS REQUISITOS E RECEBER A APROVAÇÃO MUNICIPAL, FAZ-SE NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DO CATALOGO, ENSAIOS DE LABORATÓRIO (CONTEMPLANDO AS CARACTERISTICAS CITADAS ACIMA DESTAQUE PARA VIDA	R\$ 957,00	R\$ 95.700,00



		ÚTIL, IP66, IK08, FOTOMETRIA, IRC, EFICIÊNCIA, FATOR DE POTÊNCIA), ARQUIVO DIGITAL .IES E SER HOMOLOGADA PELA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO (CPFL). *OBRIGATÓRIO A APRESENTAÇÃO DE CATALOGO/FOLHETO DO FABRICANTE		
3	100 UNIDADES	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FABRICADO EM AÇO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A QUENTE - ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA CONCESSIONÁRIA LOCAL (CPFL) - PROJEÇÃO DE 2,50 METROS - BASE PARA FIXAÇÃO NO POSTE COM SAPATA - DIÂMETRO EXTERNO DE 48.3 mm - ESPESSURA MINIMA DA PAREDE DO TUBO DE 1,50 mm	R\$ 59,70	R\$ 5.970,00
VALOR TOTAL: R\$ 149.370,00 (cento e quarenta e nove mil trezentos e setenta reais)				

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1 - Os pedidos serão formulados pela Divisão de Iluminação Pública de acordo com as necessidades do Município e a Autorização de Compra será feita pela Gerencia de Compras, e as entregas deverão ocorrer no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Compra.

2.1.2 - Não serão aceitos em hipótese alguma recusas no fornecimento dos produtos por mera justificativa de valor mínimo para faturamento da empresa, uma vez que os pedidos serão feitos conforme as necessidades do Município e caso a empresa se recuse a entregar o produto serão aplicadas as penalidades cabíveis conforme disposto no item XII, subitem 3.

2.2 - As entregas deverão ocorrer em prazo não superior a 07 (sete) dias corridos contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

2.2.1- Correrá por conta da DETENTORA todas as despesas pertinentes, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.3 – As entregas dos produtos deverão ser realizadas na Prefeitura Municipal de Divinolândia, Rua XV de Novembro, nº 261, Centro nos horários das 08h00min às 11:00 min e das 13:00 min às 17:00 min horas.

2.3.1 – Na hipótese de alteração de endereço a empresa licitante vencedora será comunicada.

2.4 - Constatadas irregularidades no objeto, a PREFEITURA, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:



2.4.1 - Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Anexo I, determinando sua substituição;

2.4.2 - Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades.

2.5 - As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **dois dias úteis**, contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE

3.1 - O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada entrega pelo Departamento Financeiro, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente conferida pela Gerência Municipal de Saúde, que é o órgão municipal responsável pelo recebimento, fiscalização e execução da contratação.

4.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

5.1 - Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão n.º 48/2017 e nesta Ata, o produto objeto deste ajuste.

5.2 - Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o produto recusado.

5.3 - Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

5.4 - Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

6.1 - Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

6.2 - Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

6.3 - Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega do objeto contratado.

6.4 - Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES

7.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

7.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CADASTRO DE FORNECEDORES.

7.3 – O atraso injustificado na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

7.3.1 – Advertência por escrito;

7.3.2 – Multa equivalente a 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega até o limite de 30 (trinta) dias;

7.3.3 – Multa equivalente a 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, quando será declarada a inexecução contratual;

7.3.4 - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

II - Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

7.3.5 – Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

7.3.6 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no sub-item anterior.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DE PREÇOS

8.1 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e



extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da ata de registro de preços e a retribuição do contratante para a justa remuneração do objeto da licitação, poderá ser repactuado o preço registrado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial da ata.

8.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

8.3 - Na hipótese da empresa solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais e/ou matérias-primas, etc.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE, DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1 - O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura.

2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CONTRATANTE promover as negociações junto aos fornecedores.

2.1 - Quanto o preço registrado torna-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o contratante convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

2.2 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

2.3 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

2.4 - Quanto o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não cumprir o compromisso, a CONTRATANTE poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.4.1 - Não havendo êxito nas negociações, a CONTRATANTE deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



2.5 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) o fornecedor não assinar a Ata decorrente do Registro de Preços ou não retirar a Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;
- e) por razões de interesse público;
- f) em razão da liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou falência do fornecedor;
- g) nas demais hipóteses previstas no Artigo 78, da Lei 8666/93, bem como no Edital desta licitação.

2.5.1 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas letras “a”, “b” e “c” deste subitem será formalizado por despacho do responsável legal da CONTRATANTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2.6 - O fornecedor poderá pleitear o cancelamento do seu registro de preço mediante solicitação por escrito e comprovando por documentos estar impossibilitado de cumprir com as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços. A solicitação do Fornecedor para o cancelamento do preço registrado deve ser formulada com antecedência de 30 dias, facultada a CONTRATANTE aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

3 - A comunicação do cancelamento ou suspensão de preço registrado será efetuada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

4 - O prazo para a suspensão temporária deverá ser estabelecido em cada caso, sendo que, enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para a aquisição do respectivo objeto registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do PREGÃO n.º 48/2017 com seus Anexos a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S).



9.2 - A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

10.1 - O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o da Comarca de São Sebastião da Gramma.

10.2 - Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Divinolândia, 22 de Dezembro de 2017.

Naief Haddad Neto
Prefeito Municipal
P/ PREFEITURA

ELETRICA LUZ COMERCIAL DE
MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
Alessandro Martins Miguel
P/ DETENTORA

Testemunhas:

Nome:
RG n°:

Nome:
RG n°:

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA
CONTRATADO: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º (DE ORIGEM): 67/2017
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E NÃO OBRIGATÓRIA DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Divinolândia, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATANTE:

Nome e cargo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

CONTRATADA:

Nome e cargo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____



CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA

**CONTRATADO: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º (DE ORIGEM): 67/2017**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E NÃO OBRIGATÓRIA
DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

Nome	
Cargo	
RG n.º	
CPF n.º	
Endereço (*)	
Telefone	
E-mail Institucional	
E-mail pessoal (*)	

(*) Não deve ser o endereço/e-mail do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço/e-mail onde poderá ser encontrado(a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	
Cargo	
Endereço Comercial do Órgão/Setor	
Telefone e Fax	
E-mail Institucional	

Divinolândia, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Nome

Cargo